



ECONOMIA

Mão de obra escassa compromete maiores indústrias de Ponta Grossa

A forte expansão industrial e o cenário de pleno emprego em Ponta Grossa provocam redução da oferta de mão de obra qualificada e uma alta taxa de rotatividade, motivada sobretudo por

propostas salariais mais atrativas e pela falta de plano de carreira. Um levantamento obtido com exclusividade pelo Foca Livre revela que as 30 maiores indústrias da cidade apontam a

dificuldade de contratação como um dos entraves ao crescimento do setor, agravada por problemas de mobilidade urbana e pela escassez de profissionais técnicos [p. 7](#)

EDUCAÇÃO



Kamille Vidal/Foca Livre

Coletivo independente de mães reivindica permanência na universidade

Embora a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) ofereça auxílios socioeconômicos e prometa um espaço de amamentação, alunas relatam enfrentar dificuldades de permanência e falta de ambientes

acolhedores no espaço acadêmico. Em reunião com as mães na sexta-feira (19), a Universidade destacou que já mantém ações com essa finalidade e que projeta melhorias [p. 3](#)

SAÚDE

Diabetes afeta 25 mil pessoas em PG [p. 4](#)

POLÍTICA

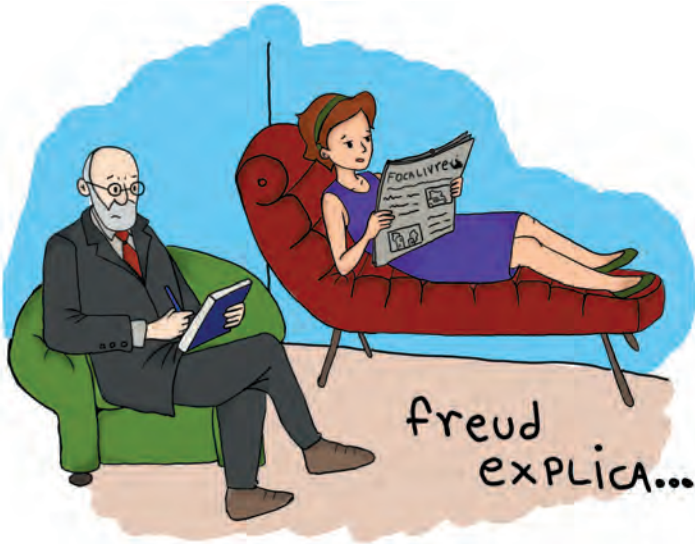
Alunos enfrentam atraso na entrega de uniformes [p. 11](#)

CULTURA

Produção inédita fortalece arte drag na cidade [p. 13](#)

CHARGES

Fernanda Andrusko



ERRAMOS

Diferente do que saiu na edição 248 do **Foca Livre**, que diz que a coordenação do Curso de Psicologia é “provisória”, a Portaria R. - nº 2025.498, de 31 de julho de 2025, designou o professor Oriomar Skalisnki Júnior para exercer a função de Coordenador do Curso de Psicologia, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no período de 01 de agosto de 2025 a 31 de julho de 2027.

FOCA LIVRE

Veículo concebido e produzido por estudantes do 2º ano do curso de jornalismo na disciplina Núcleo de Redação Integrada I, a partir de textos produzidos na disciplina Produção e Edição de Textos Jornalísticos II. Artigos e opiniões contidos nesta edição são de inteira responsabilidade de seus emissores.

Chefia do Departamento de Jornalismo

Paula Melani Rocha

Coordenação do curso de Jornalismo

Marcelo Engel Bronosky

Professores orientadores

Gabriela Cavalcanti Carneiro de Almeida
Hendry Anderson André

PET Jornalístico II

Aline Rios

Editores-chefe

Erika Vibly, Lívia Anjos
e Maria Thereza Mello

Editores de imagem

Isabella Meira, Kamille Vidal
e Millena Zampieri

Infografias e ilustrações

Fernanda Andrusko e Luciana Scherner

Diagramação

Bebel Costalonga, Emanuelle Nunes, Fer-
nanda Andrusko, Gabriel Vitória, Isabella Pi-
va, Jeniffer Iara, João Pedro Souza, Julia
Busarello, Júlia Camargo, Leonardo Correia,
Lorena Rocha, Malu Dip, Matheus Fornaza-
ri, Mariany Antunes, Paola Ferreira, Rafaela
Rothstein, Raíssa Pais e Valentina Bortoluz-
ze

Textos e checagem

Anna Teixeira, Bebel Costalonga, Erika
Vibly, Emanuelle Nunes, Fernanda
Andrusko, Gabriel Vitória, Isabella Meira,
Isabella Piva, Jeniffer Iara, João Pedro
Souza, Julia Busarello, Júlia Camargo,
Leonardo Correia, Lívia Anjos, Lorena
Rocha, Luciana Scherner, Malu Dip,
Mariany Antunes, Millena Zampieri,
Roberto Krzesinski, Sarah Brasil e
Valentina Bortoluzze

EDITORIAL

Compromisso com o Jornalismo

A T-40 segue firme no compromisso de produzir jornalismo com responsabilidade social, senso crítico e pluralidade. Por meio de uma apuração rigorosa, buscamos contribuir para um debate qualificado, capaz de aproximar perspectivas e fortalecer a circulação de informações de relevância social. O papel de fiscalização, essencial para a transparência pública, exige postura ética rigorosa, especialmente nos limites e na aplicação do direito de resposta.

Nossa Constituição Federal em seu Artigo 5º, inciso V, garante o direito de resposta, proporcional ao agravo. Isso assegura que, ao ser alvo de mentiras ou acusações injustas, o cidadão possa se defender no mesmo espaço, protegendo sua honra e imagem. A Lei nº 13.188/2015 exige discernimento criterioso, de modo que o direito de resposta deve ser garantido em casos de fatos errôneos ou inverídicos, mas não legisla sobre silenciar abordagens críticas que, embora incômodas, estejam fundamentadas na verdade factual.

O ponto central que gostaríamos de discutir é a diferença entre erro jornalístico e discordância de interpretação. O direito de resposta deve existir, principalmente, na divulgação de informações falsas.

Quando uma reportagem é produzida com cuidado, ouvindo envolvidos e, sobretudo, ancorada em fatos, ela cumpre a obrigação primeira do jornalismo: o *compromisso com o público*. Solicitar resposta por descontentamento arrisca transformar um direito democrático em limite para a liberdade de imprensa.

No jornalismo desenvolvido dentro do ambiente universitário, como parte do processo de formação acadêmica, a autonomia é fundamental. O **Foca Livre** não funciona como assessoria de imprensa de cursos ou departamentos, e sim trabalha como um espaço de vigilância e transparência. A liberdade de informar inclui matérias contundentes e, às vezes, incômodas. Se os fatos são verdadeiros e comprovados, a discordância faz parte do debate que define a construção de conhecimento na universidade.

A T-40 mantém o compromisso com a retificação de equívocos factuais, fundamento de nossa credibilidade. No entanto, defenderemos a integridade da nossa apuração contra revisões por conveniência institucional. Manter o rigor técnico e a independência editorial é nossa responsabilidade para garantir que a sociedade receba informações precisas e fundamentadas. ■

PONTOS DE DISTRIBUIÇÃO

Em 2026, o Foca Livre passa a contar com pontos fixos de distribuição da sua edição impressa. Nesta página, você encontra alguns dos principais locais (bairros da cidade e também municípios próximos) onde encontrar seu exemplar. Para conhecer outros pontos de distribuição, acesse o QR Code à esquerda e confira a lista completa (com endereço)

CENTRO

Casa das Artes, Casa do Artesão, Cine PG, Cine-Teatro Ópera, Museu Campos Gerais, Prefeitura Municipal e Sebo Espaço Cultural

CONTORNO

Associação de Moradores, Centro de Eventos, Colégio Estadual Elzira Correia de Sá, UPA Santa Paula

ESTRELA

Centro de Especialidades Santa Casa, Estádio Germano Krüger, Instituto de Educação Cesar Prieto Martinez

OFICINAS

Museu de Arqueologia, Terminal Oficinas e Unidade de Saúde Lauro Müller

OLARIAS

Arena Multiuso, Biblioteca Municipal, Conservatório e Cras Vila Isabel

RONDA

1º BPM, Câmara Municipal, INSS e Rodoviária

UVARANAS

UEPG (Reitoria e Biblioteca), Caps Uvaranas, Centro Espírita Perdoai, UBS Uvaranas e Terminal Uvaranas

VILA VELHA

Parque Estadual Vila Velha

JARDIM CARVALHO

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

DEJOR

DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Departamento de jornalismo
Praça Santos Andrade, 1 - Centro, Ponta Grossa - PR
Telefone: (42) 3220-3351
E-mail: deptjorn@uepg.br

Coletivo Mães na UEPG reivindica permanência de estudantes pais e mães no ambiente acadêmico

Grupo formado por mais de 50 pessoas debate iniciativas que podem ser aplicadas na UEPG. Universidade destaca que já mantém ações com essa finalidade

Discentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) criaram o grupo Coletivo Mães na UEPG, uma iniciativa independente e que já conta com mais de 50 integrantes. As principais reivindicações da organização vão desde a criação de espaços como brinquedotecas e salas de apoio à amamentação até mudanças burocráticas em regulamentos sobre abonos e licenças.

O coletivo tem o objetivo de unir a comunidade acadêmica em prol da permanência de estudantes que são mães e pais no ambiente universitário. É uma iniciativa aberta que busca mobilizar alunas e alunos, mães e pais, coordenações de curso e entidades representativas para buscar em outras universidades exemplos de políticas de permanência e propor ações e políticas de apoio aos universitários que conciliam a vida acadêmica com a parentalidade.

Em resposta ao protocolo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) enviado pelo **Foca Livre**, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Prae) afirmou que a UEPG oferece bolsas regulamentadas pela Política de Assistência Estudantil e serviços socioassistenciais, que são concedidos a partir da pontuação obtida pelos estudantes no Índice de Vulnerabilidade Estudantil (IVE), calculado com base em cadastro anterior.

A universidade também afirma disponibilizar atendimento psicológico e educacional especializado, enquanto questões relacionadas a prazos acadêmicos, avaliações e abono de faltas seguem as instruções do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), Conselho de Administração (CA) e normativas do Regimento Geral da UEPG.

A instituição alega ainda que prevê a inauguração de um espaço de convivência na Central de Salas, no Campus Uvaranas, com sala de ama-



Mulheres representam 59% das matrículas no ensino superior brasileiro

mentação, trocador, mesas e eletrodomésticos, além da implementação de estruturas semelhantes em outras partes da Universidade também.

No protocolo digital foram levantados outros questionamentos como, quantos estudantes da graduação têm filhos e se existem espaços adequados para o acolhimento das crianças nos *campi*, mas eles não foram respondidos. Embora a UEPG possua ações de assistência, discentes relatam que as iniciativas não atendem plenamente às demandas específicas da parentalidade no ambiente universitário.

Acadêmica de Serviço Social, Luanna Aparecida de Matos é mãe de uma menina de 1 ano e 9 meses. Ela expõe as dificuldades que enfrenta ao conciliar a maternidade e a graduação. “Minha única rede de apoio é o Centro Municipal de Educação Infantil (Cmei). Muitas vezes já precisei trazer minha filha para a faculdade. Há duas semanas precisei trazê-la e não tinha onde trocar a fralda dela, tive que pedir no ambulatório para eles me cederem a maca para que eu conseguisse trocá-la”, desabafa.

Eduarda Kicheleski da Silva, também de Serviço Social e mãe de um menino de 5 anos, relata

que também já precisou levar o filho à universidade. “As maiores dificuldades para continuar os estudos é conciliar a questão financeira, a maternidade e a vida acadêmica. Como a responsabilidade pelo meu filho é minha, preciso lidar com todas essas demandas ao mesmo tempo. Estou à procura de um futuro melhor, mas o processo é difícil. Não conheço e não recebi nenhum suporte específico da universidade. Não vejo a instituição preparada nem com estrutura, nem com ambientes que sejam realmente acolhedores para mães, crianças ou bebês”, diz.

Ações necessárias

A historiadora Georgiane Garabely Heil Vázquez, que é especialista em estudos de gênero e pesquisa sobre maternidade e história das mulheres, enfatiza avanços no desenvolvimento de políticas de permanência e aponta as necessidades para atender as demandas reais de estudantes pais e mães. “Se conseguíssemos um espaço, como as cuidotecas, nos dois *campi*, em que as mães pudessem deixar seus filhos lá enquanto assistem a aula, seria o mundo ideal”, cita.

Para a pesquisadora, outras medidas podem ser implementadas. “É preciso pensar na manutenção de bolsas em casos de

licença-maternidade e em atestados no nome de terceiros, quando estes são os próprios filhos”, pontua. Vázquez observa que “historicamente, a função de cuidado é delegada às mulheres”, o que demanda a importância de ampliar os processos de inclusão no ensino superior.

Negociações

Na sexta-feira (19/06), aconteceu uma reunião entre o Coletivo Mães na UEPG, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e a Prae. Foram discutidas ações necessárias para a parentalidade no ambiente acadêmico. Os estudantes compartilharam vivências e ficaram encaminhadas reuniões para dar continuidade à discussão com outros setores da universidade, como a Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) e a Pró-Reitoria de Planejamento (Proplan), unidade administrativa responsável por avaliar a possibilidade de construção de um espaço físico destinado à implantação de uma cuidoteca no campus central. ■

REPORTAGEM
Malu Dip
malugdip@gmail.com

Checkagem: Júlia Camargo
Diagramação: João Pedro Souza

Dia Nacional do Diabetes alerta sobre diagnóstico precoce e tratamento adequado

Doença pode ser controlada, mas falta de cuidados pode comprometer visão, rins e circulação sanguínea

Cerca de 20 milhões de brasileiros têm diabetes, segundo estimativa da Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD). O número reforça a importância da conscientização sobre a doença, tema do Dia Nacional do Diabetes, celebrado em 26 de junho. Embora possa ser controlada com acompanhamento médico e mudanças de hábitos, a doença pode causar complicações graves quando não tratada adequadamente.

Em Ponta Grossa, estão cadastrados na Secretaria Municipal de Saúde 25,4 mil pacientes com diabetes. A doença ocorre quando o organismo não produz insulina suficiente ou não consegue utilizá-la adequadamente, que provoca o aumento dos níveis de glicose no sangue. Em muitos casos, os sintomas podem demorar a aparecer, o que faz com que o diagnóstico aconteça apenas durante exames de rotina ou após o surgimento de complicações. Entre os sinais mais comuns estão sede excessiva, aumento da frequência urinária, perda de peso e cansaço.

Em Ponta Grossa há 25,4 mil pacientes com diabetes

A endocrinologista Camilla Cruvinel alerta que o diabetes sem controle adequado pode provocar complicações como doença renal, perda da visão e feridas nos pés. Um dos casos é o de Maria Inês Sosnitzki, de 59 anos, diagnosticada há mais de 20 anos. "Sofri amputação do pé esquerdo em dezembro de 2024 devido a uma infecção óssea e uma ferida que não cicatrizou", relata.

Segundo a especialista, o tratamento da doença é baseado em alimentação equilibrada, atividade física regular, uso de medicamentos quando necessário e acompanhamento médico contínuo. "Quanto mais cedo for diagnosticado e tratado, maiores são as chances de evitar complicações futuras melhorando a qualidade e a expectativa de vida dos pacientes", orienta.

No Brasil, pacientes com diabetes podem receber acompanhamento e medicamentos gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a partir de avaliação médica e cadastro no sis-

tema municipal. Os postos de saúde de Ponta Grossa e a Farmácia Central, localizada na Rua Quinze de Novembro, no Centro, fornecem insulinas e medicamentos para tratar a doença.

Sintomas e consequências

Conhecer os sinais (coluna da esquerda) é o primeiro passo para o tratamento. Diagnóstico tardio pode ocasionar diversas consequências (coluna da direita)

	Sede excessiva		Doença renal
	Maior frequência urinária		Perda de visão
	Perda de peso sem explicação		Feridas nos pés
	Cansaço excessivo		Maior risco de infarto e AVC

Fontes: Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD) e entrevista com a médica endocrinologista Camilla Cruvinel

Procura por atendimento psicológico cresce entre universitários

A busca por atendimento psicológico cresceu 56% entre o segundo semestre de 2025 e o primeiro de 2026, considerando dados da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Prae) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). No mesmo período, a ansiedade respondeu por 40% das demandas recebidas pelo serviço de apoio estudantil refletindo desafios que perduram na vida de universitários.

O aumento na procura por atendimento psicológico evidencia desafios emocionais

enfrentados por universitários. Entre os fatores associados ao sofrimento psicológico estão o isolamento social, as dificuldades financeiras e a pressão acadêmica. Uma estudante, ouvida pela reportagem, que preferiu não se identificar, relata que procurou acompanhamento psicológico após enfrentar dificuldades emocionais no período pós-pandemia. "Procurei acompanhamento psicológico da universidade, mas não consegui me sentir confortável para me abrir de verdade", diz. Segundo ela, a experiência evidenciou a impor-

tância de espaços de acolhimento. Na UEPG, o atendimento psicológico é realizado pela equipe da Diretoria de Ações Afirmativas e Diversidade (Daad), vinculada à Prae. Entre abril de 2025 e maio de 2026, 120 acadêmicos foram atendidos pelo programa. Além da ansiedade, as demandas recebidas pelo serviço envolvem dificuldades na vida acadêmica (19%), prejuízos no humor (19%), autoconhecimento (12%) e outras questões (10%). Dentre alternativas de atendimentos oferecidos pelas uni-

versidades, estudantes também podem buscar apoio por meio da rede pública de saúde da cidade de Ponta Grossa, como Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Centros de Atenção Psicossocial (Caps).

REPORTAGEM
Paola Ferreira
25016167@uepg.br

Checagem: Mariany Antunes
Diagramação: Raíssa Pais e Julia Busarello

Morte de fisiculturista alerta sobre riscos de práticas extremas no esporte

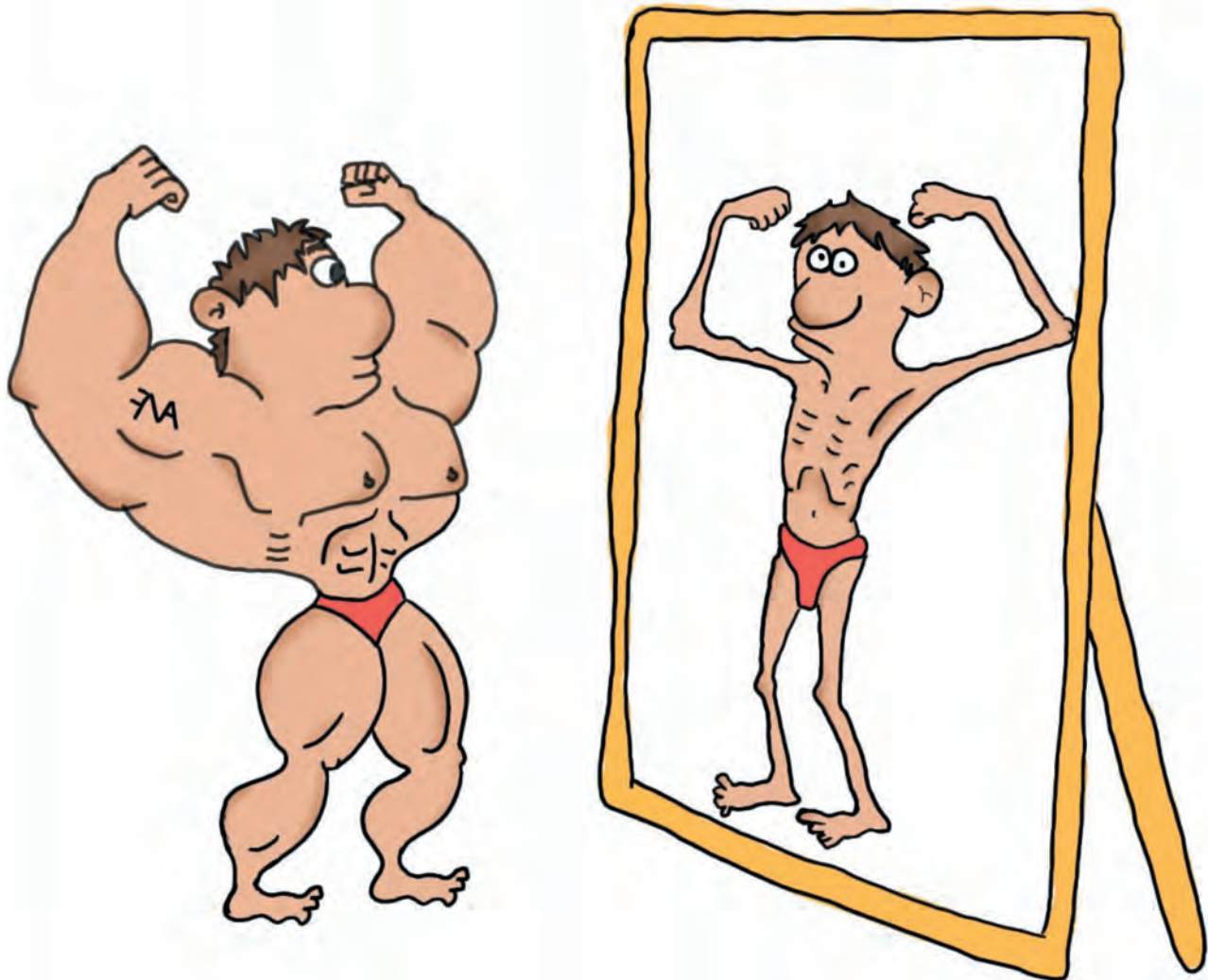
Estudo da European Heart Journal aponta que uso indiscriminado de esteróides anabolizantes na prática de fisiculturismo mata cinco vezes mais

A morte recente do fisiculturista Gabriel Ganley aos 22 anos, em maio, reacende um debate que há anos preocupa profissionais da saúde: até que ponto a busca por um ideal deixa de ser esporte e passa a representar um risco à vida? Embora o fisiculturismo seja uma modalidade que exige disciplina, treinamento e controle alimentar, especialistas alertam que o ambiente competitivo muitas vezes incentiva práticas extremas que podem trazer consequências graves.

Entre os principais perigos está o uso indiscriminado, sem orientação médica, de esteróides anabolizantes. Essas substâncias são utilizadas para acelerar o ganho de massa muscular e reduzir gordura corporal, a exemplo da Trembolona. Desde 2023, o Conselho Federal de Medicina (CFM) proíbe a “prescrição médica de terapias hormonais com esteróides androgênicos e anabolizantes (EAA), com finalidade estética, para ganho de massa muscular e ou melhora do desempenho esportivo”.

A vedação é válida tanto para atletas amadores quanto profissionais. Segundo o órgão, a justificativa é a “inexistência de comprovação científica suficiente que sustente seu benefício e a segurança do paciente”.

Atletas afirmam que o uso de esteróides anabolizantes é apenas uma forma de reposição hormonal, mas essa comparação é incorreta. A reposição hormonal é um tratamento médico destinado a corrigir deficiências comprovadas e a restaurar a saúde do paciente, enquanto o uso de anabolizantes para ganho de massa muscular e desempenho envolve doses superiores às terapêuticas. Além de não se caracterizar como reposição, esse uso pode trazer riscos à saúde, in-



cluindo problemas cardiovasculares, hormonais e psicológicos.

Outro ponto importante é que os efeitos estéticos obtidos com os anabolizantes costumam ser destacados, enquanto os riscos são frequentemente minimizados. Entre as possíveis consequências do uso prolongado estão alterações na produção natural de hormônios, infertilidade, aumento do colesterol ruim (LDL), redução do colesterol bom (HDL) e maior risco de doenças cardíacas. Por isso, profissionais da saúde reforçam a importância de buscar resultados

por meio de treinamento adequado, alimentação equilibrada e acompanhamento especializado.

Busca por resultados imediatos

O médico Adrian Gomez Collantes destaca a preocupação quanto ao aumento do uso de anabolizantes, principalmente entre jovens que buscam

resultados rápidos sem conhecer os riscos envolvidos. “Essas substâncias podem causar sérios problemas de saúde, como alterações hormonais, danos ao fígado, doenças cardiovasculares e impactos na saúde mental. Muitas vezes, o ganho estético momentâneo acaba cobrando um preço muito alto no futuro. É importante entender que não existe atalho seguro para a construção de um corpo saudável”, orienta.

Ainda de acordo com o médico, a prática regular de exercícios físicos, acompanhada por profissionais qualificados, e uma alimentação equilibrada continuam sendo os caminhos mais seguros e eficazes para alcançar bons resultados sem colocar a vida em risco. ■

Valentina Bortoluzzi

SUS amplia acesso a DIU

Disponível pelo Sistema Único de Saúde (SUS), o Dispositivo Intrauterino (DIU) é uma opção de contraceptivo de longa duração para mulheres. De acordo com a Secretaria Municipal de Saúde de Ponta Grossa, até 11 de junho, 159 mulheres aguardavam avaliação para a inserção do método.

Considerado um dos contraceptivos mais eficazes, o DIU apresenta mais de 99% de eficácia na prevenção da gravidez e pode permanecer no organismo por 10 anos. Em alguns casos, também auxilia para controlar sintomas da endometriose, como cólica e fluxo intenso. Segundo o Ministério da Saúde, o método pode ser utilizado por mulheres em idade reprodutiva, incluindo adolescentes, mediante avaliação médica. As interessadas devem procurar uma Unidade Básica de Saúde para receber orientações e encaminhamento ao procedimento. ■

"O ganho estético momentâneo acaba cobrando um preço alto no futuro. É preciso entender que não há atalho seguro para a construção de um corpo saudável"

REPORTAGEM
Maria Fernanda Andrusko
ferandrusko07@gmail.com

Checagem: Matheus Fornazari
Diagramação: Matheus Fornazari
Arte: Fernanda Andrusko

Festas juninas movimentam economia criativa de microempreendedores

Festividade fortalece economia informal e evidencia necessidade de incentivo a empreendedorismo local

Estudo realizado pela Federação do Comércio do Paraná (Fecomércio PR) mostra que os itens consumidos nos festejos juninos acumularam uma inflação de 3,59% neste ano, metade dos 7,27% registrados no ano anterior. A matéria-prima comprada pelos empreendedores é apenas uma etapa do processo de produção, a mão de obra é acrescentada no preço final, criando valor no item produzido. Os vendedores ambulantes, cozinheiros, costureiras e pequenos comerciantes aproveitam a ocasião para aumentar seus ganhos.

A economista do Centro de Educação Empreendedora (CEE), Cleise Tupich Hilgemberg, aborda que os custos nestes produtos juninos foram modificados por conta da qualidade de procedência do material. “Existe um valor que é destinado aos materiais. O empreendedor precisa olhar as preferências do consumidor para que ele possa manter as escolhas dos produtos e manter a sua cesta de consumo, podendo substituir produtos que estejam em alta para os que estão mais em conta”, ressalta.

A costureira e artesã Martyan Kelly da Silva explica que o período de produção se inicia a par-

tir de março, pois os materiais necessários estão com valores mais acessíveis aos empreendedores que fabricam os produtos antes do período junino: “Os valores mudam. Três meses antes das festas os tecidos estão um valor, já no último mês de produção, bem próximo ao mês de junho, os preços sobem bastante”.

Durante o período das festividades há uma demanda elevada por mão de obra manual. As produções geram o fortalecimento na confecção artesanal da cidade e aumentam o inte-

resse do consumo nos produtos locais na temporada. A coordenadora da Casa do Artesão, Marllucy Martins Meira, expõe a relevância do artesanato para a comunidade. “Nesta época de festa junina, o artesanato tem uma importância maior por lembrar da tradição, em como trabalhar com a palha de milho, produto muito usado nesta época e também traz a memória afetiva das pessoas”, destaca.

O economista da Fecomércio, Lucas Dezordi, explica a relevância dos consumidores em

buscar produtos locais e estarem atentos aos reajustes de valores: “A economia relacionada ao turismo, se ele for bem aproveitado e bem valorizado traz um impacto positivo, o processo inflacionário está um pouco menor que no ano passado, é uma inflação considerável”, diz. ■

REPORTAGEM

Júlia Camargo

julia1camargo1@gmail.com

Checagem: Valentina Bortoluzze

Diagramação: Bebel Costalonga



Casa do Artesão iniciou produção de itens festivos no fim de março

Júlia Camargo/Foca Livre

Copa do Mundo anima comerciantes em PG

Uma pesquisa da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) indica que a Copa do Mundo vai levar 99,2 milhões de consumidores brasileiros às compras. O estudo também indica que os itens mais procurados para consumo serão bebidas não alcoólicas (68%), petiscos (62%), carnes para churrasco (60%) e cervejas (59%).

O torneio, que atrai os olhares da população entre os meses de junho e julho, tem o Brasil como maior vencedor,

com cinco títulos. Torcedores preservam a tradição de decorar as casas e vestir a camisa da seleção, reunindo familiares e amigos para ver os jogos.

De olho na oportunidade de ampliar as vendas, comerciantes reformulam as estratégias de marketing e de vendas para aumentar o lucro durante o evento esportivo.

Funcionário de um bar em Ponta Grossa, Lucas Koehler afirma que a chegada da Copa atrai uma clientela maior, especialmente em dias de jogos

do Brasil. “Nós torcemos para que o nosso país ganhe os jogos e seja campeão para que o bar possa receber um número alto de ocupação”, diz. Koehler conta que uma das apostas do estabelecimento são as promoções, com entrada gratuita nos jogos da seleção.

Quem prefere acompanhar as partidas em casa também contribui para aquecer o comércio. Fabiana Barbosa é uma das torcedoras que já decorou a casa com bandeiras, pratos e copos verde e amarelo para re-

ceber amigos e familiares nos jogos do Brasil. A tradição de família é seguida há mais de 20 anos. “Lembro de quando era criança, meus avós juntavam a família para ver os jogos, comendo pipoca e pinhão”, comenta. ■

REPORTAGEM

João Pedro Souza

@jp_souza2303

Checagem: Valentina Bortoluzze

Diagramação: Bebel Costalonga

Disputa por profissionais desafia produtividade industrial em Ponta Grossa

Propostas salariais mais atrativas motivam 65,4% dos pedidos de demissão e ampliam rotatividade de mão de obra nas indústrias

O levantamento realizado pelo Núcleo das Indústrias, o ND30+, grupo que reúne as 30 maiores indústrias de Ponta Grossa, e obtido com exclusividade pelo **Foca Livre**, aponta que a escassez de mão de obra afeta a produtividade, a qualidade dos serviços e os prazos de entrega em metade das empresas consultadas. A pesquisa recebeu respostas dos gestores de Recursos Humanos (RH) de 26 indústrias do município.

Atualmente, quase 22 mil pessoas trabalham nas indústrias locais, e a previsão é que esse número passe de 25 mil nos próximos anos. As empresas, porém, não preenchem vagas para técnicos, eletricitistas, soldadores e operadores de máquinas.

Ponta Grossa possui um dos principais pólos industriais do estado. O avanço econômico das 1.160 fábricas é expressivo e já representa mais de 5% do PIB industrial do Paraná. Esse crescimento enfrenta um desafio para encontrar e manter trabalhadores qualificados para sustentar a demanda produtiva. O cenário de pleno emprego tem contribuído para reduzir a quantidade de profissionais disponíveis e acirrou a disputa de mão de obra entre as empresas. Esse dinamismo econômico permite que os trabalhadores busquem maior flexibilidade e melhores perspectivas, resultando em trocas frequentes de emprego.

Para o representante da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), Rafael Rickli, o desequilíbrio entre a oferta de vagas e a disponibilidade de profissionais preparados é uma percepção real que tende a se agravar com a abertura de 4,5 mil novos postos diretos nos próximos anos. “Hoje há mais vagas sobrando do que trabalhadores capacitados e a tendência é piorar”, avalia. O dirigente identifica uma deficiência específica na chamada “mão de obra intermediária”, que se situa entre o tra-



Ponta Grossa se destaca como um dos principais polos industriais do Paraná

Millena Zampieri/Foca Livre

balhador sem nenhuma instrução e o engenheiro. “Há relatos aqui em Ponta Grossa de empresas que têm problemas de expansão de produção por falta de mão de obra”, ilustra.

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Ponta Grossa e Região (STIM-PG) interpreta esse cenário como resultante do assédio constante sobre a mão de obra já empregada, agravado pela falta de políticas de valorização interna. O secretário-geral do sindicato, Mauro Carvalho, alega que embora bons salários movam o trabalhador, ele prioriza o bem-estar da família e o ambiente de trabalho.

Essa visão é confirmada por Amanda de Paula, profissional do setor. Ela pontua que a estagnação é um motor para a troca de emprego. “Muitas pessoas reclamam sobre essa falta de crescimento. Entra uma pessoa e está recebendo a mesma coisa que eu”, observa.

Entraves à permanência

A Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Ponta Grossa (ACIPG) destaca que, a cada desligamento, a empresa perde o conhecimento acumu-

lado e o tempo investido em treinamento, gerando custos que podem chegar a 100% do salário base do funcionário. O levantamento com as grandes indústrias mostra que 53,8% das vagas ficam abertas por até três meses, prolongando o período em que a linha de produção opera abaixo da capacidade ideal.

Entre os resultados da pesquisa, a mobilidade urbana aparece como um entrave direto à produção. Metade das empresas consultadas afirmou já ter perdido funcionários devido a dificuldades de transporte público. Além disso, 57,7% dos gestores de recursos humanos consideram o sistema de ônibus da região inadequado, resultando em trajetos que superam duas horas diárias e prejudicam a pontualidade e a qualidade de vida do trabalhador.

Aposta na qualificação

A produtividade industrial é atingida não apenas pela falta de contratações, mas pela alta rotatividade, o chamado *turnover*. Dados do Novo Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (Caged) revelam que o número de contratações está muito próximo ao de demissões, o que mostra que muita gente en-

tra e sai das empresas em pouco tempo. O estudo realizado com as 30 maiores indústrias da cidade também identificou empresas que chegam à taxa de 50% de rotatividade de mão de obra, cenário que amplia os custos de contratação e treinamento.

Gerente de RH de uma indústria local e integrante da Câmara Técnica de Mão de Obra do NDI 30+, Micheli Kapp diz que o crescimento industrial de Ponta Grossa dependerá cada vez mais da capacidade das empresas de atrair, desenvolver e reter profissionais qualificados. Ela ressalta que a aproximação entre indústrias e instituições de ensino, como o Senai e o Instituto Federal do Paraná, será fundamental para reduzir o déficit técnico e garantir a sustentabilidade do setor. Atualmente, 69,2% das indústrias já investem em treinamentos próprios para tentar contornar a falta de qualificação dos candidatos. ■



REPORTAGEM

Millena Zampieri

millenazampieri@icloud.com

Checagem: Gabriel Vitório
Diagramação: Malu Dip

O tumor que não esperou a pandemia

Além de lutar contra um câncer agressivo, Izaías é exemplo de como o psicológico pode ser nosso

Gabriel Vitória

Porcentagem masculina que realiza prevenção de câncer de próstata diminui

Cerca de metade dos homens acima de 40 anos não realizam exames de rotina. De acordo com a Sociedade Brasileira de Urologia (SBU), esse número sobe para 58% entre aqueles que dependem exclusivamente do Sistema Único de Saúde (SUS).

Pessoas do sexo masculino costumam apresentar inseguranças relacionadas às doenças urológicas e à impotência sexual. Um em cada sete homens afirma ter medo de realizar o exame de toque retal, receio mais prevalente entre homens com mais de 60 anos. Como alternativa ao toque retal, há o exame do Antígeno Prostático Específico (PSA), realizado por meio de uma análise sanguínea.

Com registro anual de 71,7 mil novos casos de câncer de próstata, o Brasil ocupa a quarta posição no ranking da doença, atrás de Japão, China e Estados Unidos. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que os homens vivem, em média, sete anos a menos do que as mulheres.

A SBU aponta que o cenário se relaciona ao fato de que, culturalmente, os homens ainda recebem pouca orientação sobre prevenção em saúde. A estimativa é de que cerca de 50% dos homens acima de 50 anos desenvolvam algum grau de Hiperplasia Prostática Benigna (HPB), condição caracterizada pelo aumento benigno (não canceroso) da próstata, que pode comprometer o funcionamento da bexiga e dos rins. ■

Durante o pico da pandemia de Covid-19, os hospitais de todo o Brasil adotaram medidas emergenciais para o uso de leitos, equipamentos e profissionais, priorizando os afetados pela doença. Os pacientes oncológicos sofreram as consequências. Apenas em 2020, uma pesquisa feita pelo Instituto Oncoguia aponta que 43% dos pacientes com câncer no país tiveram seus tratamentos amplamente impactados pela pandemia.

Foi nesse cenário que Izaías Soares dos Santos, aposentado de 65 anos e residente de Pirai do Sul (PR), tratou seu câncer de próstata. “Descobri após uma cirurgia no joelho, quando tive dificuldades em esvaziar a bexiga. A partir disso procurei um urologista que já cuidava da saúde de meu pai”, conta. Em menos de um mês, o inesperado diagnóstico da doença foi confirmado e a família o acolheu durante todo o tratamento. Nirede, esposa de Izaías, procurou consolo na fé ao longo do tratamento: “Como somos católicos, nos agarramos nas mãos de Deus e de Nossa Senhora. A partir daí começamos correr atrás de exames”. Na época do diagnóstico, a média nacional de mortes por câncer de próstata era de 7,61 casos para cada 100 mil habitantes do sul do país, segundo o Instituto Nacional de Câncer (Inca).

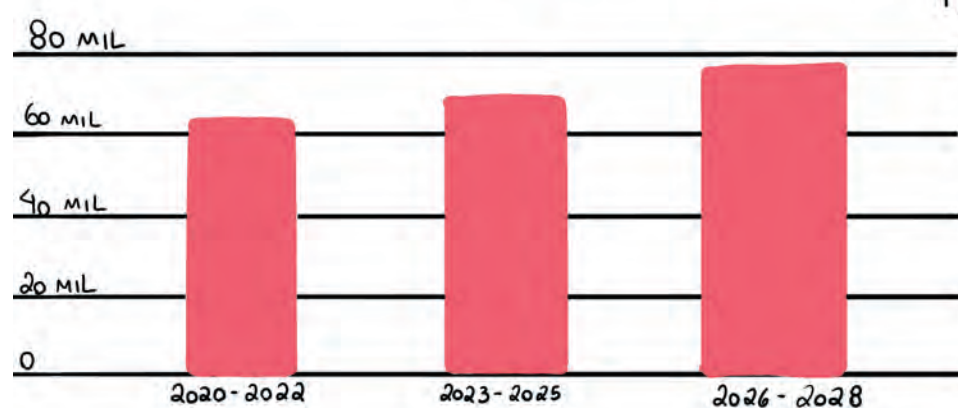
Na fase inicial, o câncer de próstata é geralmente assintomático, o que dificulta o diagnóstico precoce e aumenta os riscos de progressão. Para garantir que a doença não pegue o paciente de surpresa, é extremamente indicado que homens acima de 50 anos façam exames como toque retal e a dosagem de PSA (antígeno prostático específico) anualmente. Um dos maiores desafios na adesão dos exames é o preconceito, que é cercado pelo estigma de falta de masculinidade a partir do momento que o exame é feito.



No caso de Izaías, exames foram solicitados com urgência, mas não havia meios pelo SUS, pois naquele momento a Covid-19 já era uma doença de es-

cala global. Assim, Izaías optou por se tratar no sistema particular e, em menos de um mês, teve que passar por uma cirurgia por ser um tumor maligno.

ESTIMATIVAS DE NOVOS CASOS DE CÂNCER DE PRÓSTATA NO BRASIL (2020 - 2028)



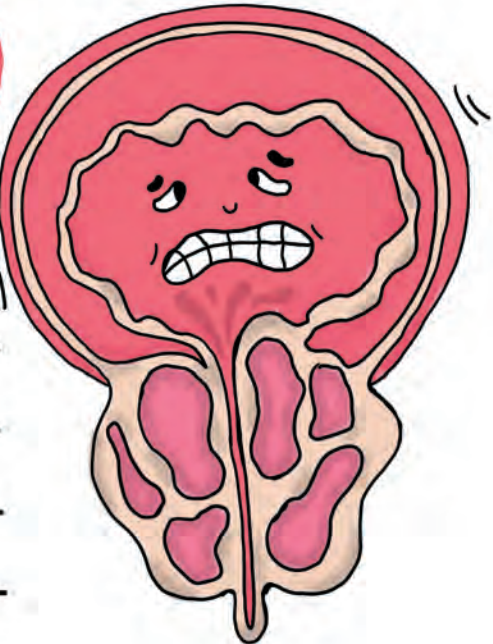
ia passar

o aliado ou maior inimigo



Letícia Hermann/Foca Livre

Pouco tempo após a operação, que foi bem sucedida, o tratamento via SUS finalmente foi possível. O aposentado afirma que até conseguir se



tratar pela rede de saúde pública gastou em torno de R\$ 35 mil no sistema particular. Os tratamentos de radioterapia e quimioterapia ocorreram tanto na Santa Casa, em Ponta Grossa, quanto no Instituto Sul Paranaense de Oncologia (Ispon), também na cidade. Por ser um caso delicado de câncer de próstata, sendo necessários os dois métodos de tratamento, Izaias se encontrou em um momento de fragilidade psicológica, o que ocasionou a procura por remédios para ansiedade, que o acompanharam ao longo do processo. Hoje em dia ele está curado e seguindo com consultas de rotina na Santa Casa.

Psicológico como rival

Problemas psicológicos durante a luta contra o câncer são mais comuns do que muitos imaginam. Um estudo da Universidade da Califórnia, publicado em fevereiro de 2026 na revista *Cancer*, analisou mais de 371 mil adultos sem histórico prévio de doenças psiquiátricas. Destes, aponta-se que 10,6% desenvolveram um transtorno de saúde mental logo no primeiro ano de tratamento oncológico, e esses pacientes apresentaram risco de mortalidade 51% maior nos anos iniciais.

Luciano Christoforo, psicólogo contratado pelo SUS, afirma que existe um protocolo de atendimento. Pacientes oncológicos são classificados como muito urgentes, com emergência para o atendimento, mas ainda assim há uma fila de espera organizada conforme a prioridade, levando cerca de duas a três semanas para o atendimento ocorrer.

O psicólogo conta que “a notícia sempre é recebida com

uma constelação psicológica complexa. Dificuldade de aceitação, estupefação, apreensão, ansiedade e medo presentes”. O tratamento psicológico de pacientes oncológicos tende a ser mais delicado, pois um dos maiores receios deles é o medo da morte iminente e de se despedir precocemente das pessoas que amam.

Um artigo acadêmico publicado no *American Journal of Men's Health* fala especificamente sobre transtornos psicológicos em homens após o diagnóstico de câncer de próstata. Segundo a pesquisa, os sintomas mais comuns registrados são a solidão, dificuldades sociais e o sentimento de raiva. Sintomas esses que não deixaram Izaias ileso. Nirede relata que houve momentos de muita fragilidade: “Izaias começou a tratar a todos

com palavras de revolta, e era ofensivo, também agia sem perspectivas de vida”. O medo era algo constante para o casal. Ao perceber o temor do marido, Nirede chegou a evitar até mesmo falar sobre a doença e ser forte por ambos, “percebi que eu não podia demonstrar meus medos, tinha que ser forte, senão como poderia levantar o astral dele?”.

Para Luciano, o momento mais crítico do ponto de vista da saúde mental durante o tratamento é conseguir impedir que o paciente não sucumba à desesperança, e conquiste uma nova perspectiva do “existir”. ■



Em 2026, o Foca Livre apresenta reportagens especiais produzidas por estudantes do terceiro ano, na disciplina Produção de Textos Jornalísticos III. Os textos integram séries de reportagens especiais e, a cada mês, será publicado um novo capítulo. Se você quiser conferir uma reportagem da série, que aborda câncer de pele, acesse o site do Portal Periódico, por meio do QR Code ao lado

João Pedro Souza

Rede de saúde pública do Paraná atende menos de 4% da população com câncer

O Paraná tem ampliado o acesso ao tratamento oncológico, especialidade médica que estuda, previne, diagnostica e trata o câncer e outras doenças relacionadas a tumores pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O atendimento começa, na maioria dos casos, na Atenção Primária, nas Unidades Básicas de Saúde, quando são verificados os primeiros sinais ou suspeitas da doença.

O estado possui 525 hospitais, mas apenas 24 oferecem tratamento para câncer. Esse número corresponde a 3,76% do total de cidades que compõem o estado.

Dentre esses estabelecimentos, aparecem Unidades de Assistência de Alta Complexidade (Unacs), hospitais públicos do SUS credenciados para diagnosticar e tratar os tipos de câncer mais frequentes. Estima-se também que ocorrem cerca de 37 mil novos casos no Paraná, sendo 19,1 mil em homens e 17,7 mil em mulheres.

De acordo com o Complexo Regulador do Estado do Paraná (Care/PR), foram realizadas 25.442 cirurgias oncológicas hospitalares entre janeiro de 2024 e fevereiro de 2026, com investimento aproximado de R\$ 65 milhões. Entre as unidades beneficiadas estão o Hospital Erasto Gaertner, o Hospital do Câncer Uopeccan e o Hospital do Câncer de Londrina. No câncer de próstata, todos os hospitais oferecem a hormonioterapia. ■

REPORTAGEM
Sarah Brasil
@saahlimx

Checagem: Bebel Costalonga
Diagramação: Rafaela Rothstein

POLÍTICA

Brasil deixa Mapa da Fome, mas crianças seguem vulneráveis à insegurança alimentar

Especialistas e projetos sociais destacam desafios no combate à insegurança alimentar

Dados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) apontam avanços nos indicadores de segurança alimentar no Brasil. Entre 2022 e 2025, a taxa de magreza severa infantil caiu de 2,8% para 1,8%. Além disso, a média trienal de 2022, 2023 e 2024 colocou o país abaixo do patamar de 2,5% da população em risco de subnutrição ou sem acesso suficiente à alimentação, resultado que retirou o Brasil do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU). Apesar dos avanços, a insegurança alimentar ainda afeta milhões de brasileiros, principalmente crianças.

Registros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes ao período de 2023/2024 mostram que 13,5% dos domicílios da região Sul, cerca de 1,6 milhão de residências, conviviam com algum grau de insegurança alimentar. A situação é mais preocupante em lares com crianças e adolescentes: 3,3% da população de 0 a 4 anos e 3,8% da população de 5 a 17 anos viviam em condição de insegurança alimentar grave. Entre pessoas com 65 anos ou mais, essa proporção foi de 2,3%.

Os avanços registrados nos indicadores nacionais não eliminam a necessidade de ações complementares para garantir o acesso à alimentação. Em diversas cidades, organizações sociais e projetos voluntários continuam desempenhando papel fundamental no atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade.

É o caso da Casa da Sopa Espírito Santo, em Ponta Grossa, um projeto voluntário que oferece e distribui marmitas para comunidades carentes, atendendo mais de 200 crianças de até 12 anos. Criado há mais de 15 anos por Maria Aparecida da Silva, o projeto tem como objetivo auxiliar crianças e pessoas acamadas em situa-



Projeto oferece e distribui marmitas para comunidades carentes

ção precária. “Eu vejo muita criança descalça, com frio e sem roupa. Muitas não comem nem um pedaço de pão porque a mãe não tem dinheiro”, relata Maria Aparecida. A instituição filantrópica, sem fins lucrativos, mantém-se exclusivamente por meio de doações e trabalho voluntário. Embora ofereça uma refeição por dia aos atendidos, a falta de alimentos e suplementos alimentares muitas vezes compromete a continuidade das atividades.

Os impactos da insegurança alimentar podem comprometer a saúde da criança por toda a vida. Segundo a pediatra Christiane Pilotto, os efeitos são mais graves quando ocorrem na fase decisiva para o crescimento e o desenvolvimento infantil. “O impacto da insegurança alimentar no desenvolvimento físico das crianças é muito significativo, especialmente se ocorre nos primeiros três anos de idade, que chamamos de primeiros mil dias de vida”, afirma.

A pediatra também ressalta que a falta de nutrientes essenciais pode causar atraso no crescimento, desnutrição, perda de massa muscular e enfraquecimento do sistema imunológico, aumentando a vulnerabilidade a infecções. Além disso, o desenvolvimento cerebral também pode ser prejudicado, resultando em dificuldades de aprendizagem, déficit de atenção, menor rendimento escolar ao longo da vida e consequências emocionais como ansiedade e estresse.

Políticas Públicas

As principais políticas públicas para combater a insegurança alimentar no Brasil são, através dos programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família e a Política de Educação. A Política de Agricultura também tem atuado através do Programa de Aquisição de Alimentos, conciliando o fomento e apoio à agricultura familiar e a distribuição de alimentos.

A assistente social Isabella Baraldi comenta sobre os principais desafios para que essas políticas alcancem efetivamente as famílias em situação de vulnerabilidade social. “Considero a falta de recursos financeiros, as dificuldades de acesso aos programas sociais, a desigualdade regional, a burocracia e a identificação das famílias que mais precisam de ajuda. Além disso, problemas como desemprego, inflação e aumento do custo dos alimentos podem dificultar a eficácia dessas políticas.”

Merenda Escolar

A Política de Educação, especificamente, se concretiza por meio da merenda escolar oferecida pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que garante alimentação gratuita e suplementar para estudantes da educação básica da rede pública. Em Ponta Grossa, entretanto, a execução dessa política tem sido alvo de frequentes reclamações e denúncias relacionadas à qualidade dos alimentos e à prestação do serviço.

Nos últimos meses, foram registrados relatos de alimentos estragados, insuficiência de refeições e falhas no abastecimento das escolas, situação que motivou a intervenção do Ministério Público e a rescisão do contrato com a empresa responsável - assunto tratado na edição 248 do Foca Livre. As denúncias levantaram preocupações sobre a efetividade da política pública e sobre a garantia do direito à alimentação adequada dos estudantes. Uma empresa assumiu a prestação do serviço de forma emergencial até que uma nova licitação seja realizada. ■

REPORTAGEM

Isabella Meira

isabellameira971@gmail.com

Checkagem: Julia Busarello
Diagramação: Lorena Rocha

Uniforme escolar chega com atraso e fora do padrão para alunos da rede municipal

Reclamações vêm sendo recorrentes em Ponta Grossa desde 2024. Empresa responsável pelo serviço mantém contrato de R\$ 27,4 milhões com município

A rede municipal de ensino de Ponta Grossa, composta atualmente por 72 Centros Municipais de Educação Infantil (Cmeis) e 88 escolas municipais, tem enfrentado problemas na distribuição dos uniformes para os cerca de 33 mil estudantes. O atraso já chega a quase quatro meses.

A empresa responsável pela fabricação é a Empórios Indústria e Comércio LTDA - que, segundo dados do contrato, fica localizada em Gaspar (SC). Nas notas fiscais emitidas pela prefeitura, contudo, a cidade mencionada é Balneário Camburiú (SC). Desde outubro de 2024, quando ganhou a licitação, a empresa realiza a produção dos kits de uniformes e sandálias estilo papetes. Somente para a oferta dos uniformes, o contrato entre empresa e município prevê investimentos de R\$ 27,4 milhões. A equipe do **Foca Livre** acompanha a questão desde 2024.

Os contratos estabelecidos entre a prefeitura de Ponta Grossa e a empresa Empórios Indústria e Comércio LTDA tiveram aditivos, ampliando a prestação de serviços até este ano. Na ata de registros de preços 192/2024, de 7 de novembro de 2024, o valor do kit de uniforme escolar que contém uma camiseta manga curta, uma camiseta manga longa, uma calça, uma bermuda ou shorts saia, uma jaqueta, um suéter e uma japonsa forrada (*veja ao lado*), foi definido em R\$ 407. Porém, com o aditivo celebrado em 13 de agosto de 2025, o kit passou a custar R\$ 425.

De acordo com a ata de registros de preços 175/2024, de 9 de outubro de 2024, referente às sandálias estilo papete, cada par custaria R\$ 66,20. Com a alteração no contrato,

cujo valor total é de pouco mais de R\$ 1,7 milhão, em 28 de agosto de 2025, o par passou a custar R\$ 69,13.

Mãe de um aluno do segundo ano do Ensino Fundamental, Andréia Aparecida Oliveira relata que desde 2025 sofre problemas com os tênis, jaqueta, calça e suéter, além de não ter recebido meias e mochila neste ano. O filho de Andréia só recebeu o kit na última semana de maio, quase no fim do primeiro semestre. “Ele possuía algumas peças do ano passado, mas calça e camisetas precisei comprar a mais”, conta Andréia.

Érica Oniesko Terra, mãe de outro aluno, disse que em 2025 recebeu o kit na metade do segundo semestre, além dos uniformes virem em tamanhos desproporcionais, como a calça com uma perna maior que a outra. “Eu guardei e mostrei para a diretora. Estava bem fora do padrão, pensei até em cortar ou fazer uma barra,

mas ela veio horrível”, recorda.

Em função dos problemas, diversos responsáveis adotaram a medida de participar de grupos de trocas em um aplicativo de mensagens para tentar oferecer aos filhos uniformes e tênis de tamanhos adequados. Outras, que possuem mais condições, realizam a compra em lojas de confecções. Segundo apuração realizada pelo **Foca Livre**, o valor do mesmo kit fornecido pelo Município pode chegar a R\$ 700.

Alunos novos

Um outro problema levantado pela reportagem se dá em relação aos alunos novos, já que estes não entram na listagem feita pela Secretaria Municipal de Educação no ano anterior. Dannielle de Almeida conta que o filho recebeu o uniforme no final de abril. “Ele não possuía uniforme porque entrou este ano. Então, no começo do ano, comprei umas camisetas, aí ele ia com outra roupa ou com outra calça e a camiseta de uniforme”, expõe. Questionada, a Prefeitura

respondeu por nota e disse que está garantindo a entrega de uniformes escolares completos há dois anos consecutivos. Ainda segundo o Município, em 2026, a maior parte dos uniformes já foi entregue, faltando apenas numerações pontuais em que foram registrados problemas na confecção dos materiais, cujos ajustes já foram solicitados à empresa responsável.

Em relação à quantidade de kits adquiridos, a Prefeitura aponta que “o número considera o atual quantitativo da Rede Municipal, além de uma margem de segurança para eventuais demandas durante o ano”. A empresa Empórios Indústria e Comércio LTDA também foi questionada por e-mail, ligações e mensagens, mas não respondeu até o fechamento da reportagem. ■

REPORTAGEM

Bebel Costalonga

bebelcostalonga@gmail.com

Cheagem: Malu Dip

Diagramação: Jeniffer Iara

Arte: Eduarda Gomes

Kit de uniforme escolar

Desde 2025, 33 mil estudantes da rede municipal recebem o kit de uniformes escolares fornecido pela prefeitura. A política pública, embora relevante, ainda tem enfrentado problemas de atraso na entrega e falta de itens

	Camiseta manga curta		Camiseta manga longa		Japonsa forrada
	Short saia		Bermuda		Suéter
	Par de meias		Tênis ou papete		Calça e jaqueta

Fonte: Atas de Registros de Preços 175 e 192/2024

Ausência na divulgação de apoio a imigrantes desafia rede de acolhimento

Estrangeiros dependem de apoio informal para descobrir programas sociais, cursos gratuitos e como se estabelecer na cidade

De acordo com informações do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), os venezuelanos formam a maior comunidade de imigrantes em Ponta Grossa. Eles chegam à cidade motivados pela estabilidade e a busca por inclusão no mercado formal de trabalho. Porém a população imigrante tem dificuldades para acessar a internet e entrar em contato com os serviços, pois não tem uma tradução direta nas plataformas online e para entrar em contato possui vários emails que dificulta a comunicação.

A principal porta de entrada para o atendimento social de quem chega ao município é a Fundação de Assistência Social de Ponta Grossa (FASPG). Há também o Projeto Promigra, uma rede de apoio ofertada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa que auxilia imigrantes com aulas gratuitas de português brasileiro para estrangeiros, preparando-os de forma prática para ingressar no mercado de trabalho da região.

Por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras), a administração municipal oferece o Programa de Apoio Familiar e realiza a inscrição no Cadastro Único (CadÚnico), ferramenta que permite aos imigrantes em situação de vulnerabilidade acesso a benefícios sociais, apoio emergencial e programas de segurança alimentar.

Professora na Venezuela, Joana García Euso hoje acompanha a trajetória da família e relembra as dificuldades da chegada ao Paraná durante a pandemia. "Quando chegamos aqui, não sabíamos nada de português. Meu esposo e eu achamos um curso na Igreja Católica em Santa Felicidade, em Curitiba, e isso ajudou muito", explica Joana, estabelecida em Ponta Grossa há três anos.

O bombeiro e analista de da-

dos Charles Carrasco é participante do Promigra. Ele comenta que descobriu as aulas do projeto graças à Cáritas, uma associação religiosa que auxilia pessoas em vulnerabilidade. "Não tenho conhecimento de outras formas de assistência além do programa de apoio familiar oferecido pelo Cras", diz.

Apesar da existência de serviços municipais, os relatos de Joana e Charles evidenciam que um dos principais desafios identificados na rede de acolhimento é a divulgação de informação. Muitos imigrantes ainda desconhecem a totalidade de direitos, cursos e auxílios disponíveis no município. Por isso, essas pessoas dependem majoritariamente de redes de apoio informais, como igrejas e organizações sociais, para se integrarem à comunidade local.

A equipe do **Foca Livre** tentou entrar em contato com a FaspG para estabelecer um diálogo com o Comitê de Imigrantes do município para obter esclarecimentos sobre a gestão e o direcionamento das políticas públicas vigentes. Foi enviado um e-mail e não houve resposta. Quando a reportagem foi ao local, a FaspG pediu para que fosse feito um novo pedido à Prefeitura, não atendido até o fechamento desta edição. ■

 **REPORTAGEM**

Lívia Anjos

@livia_aanjos

Checagem: Emanuelle Nunes

Diagramação: Júlia Camargo

Arte: Fernanda Andrusko



Leonardo Correia

População indígena cresce em vulnerabilidade e escancara barreiras no acesso a políticas públicas

Dados do Censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que Ponta Grossa abriga 304 indígenas de 18 etnias. Por trás dessa diversidade cultural, o grupo enfrenta barreiras no acesso a políticas públicas, o que se reflete no aumento da vulnerabilidade social.

Segundo levantamento da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (Sagica) o número de famílias indígenas em situação de extrema pobreza

inscritas no Cadastro Único subiu para seis neste ano, após registrar média de quatro entre 2023 e 2024 e avançar para cinco no ano passado. Por outro lado, o extrato daquelas com renda per capita mensal acima de meio salário-mínimo também apresentou uma variação, passou de apenas uma família em 2025 para duas. Diante do cenário, entidades sociais alertam para a necessidade de busca ativa e políticas direcionadas e bilíngues que garantam assistência e rompam o isolamento dessa população. ■

Primeira peça teatral com drag queens busca diversificar a cena cultural em PG

Iniciativa será protagonizada por artistas locais e acontecerá no segundo semestre

Ponta Grossa irá sediar, no segundo semestre, a primeira peça teatral e musical com elenco totalmente formado por drag queens locais. O musical Cabaret das Drags se inspira nos cabarés da década de 50 e busca diversificar a cena local, para além das performances em casas noturnas. O evento é organizado pela produtora Gatária e representantes do Concurso Condragulations (Condrag), que teve sua segunda edição em abril.

No Brasil, a arte drag começou a se desenvolver nos anos 60 com apresentações de artistas transformistas em boates, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. O termo drag queen e a manifestação artística em si alcançaram maior popularidade nos anos 90. Apesar do seu crescimento nacional, a cena

ainda se concentra nas capitais. Em Curitiba, estima-se que existam cerca de 200 artistas e dezenas de casas noturnas e espaços que recebem as performances drag. Enquanto em Ponta Grossa, de acordo com as fontes consultadas pelo **Foca Livre**, são cerca de 15 artistas e menos de cinco lugares que realizam eventos e apresentações regularmente.

Segundo a artista e drag queen, Kylie Woul Hill, expandir o acesso e o interesse pela arte drag é essencial. “Já existe um público consistente que consome drag em Ponta Grossa, mas seria legal se ainda mais pessoas conhecessem. Que esse consumo fosse mais amplo, que não ficasse somente nas performances ou casas noturnas. O Cabaret das drags, é um exemplo de proposta diferente do que se observa na cena local, algo que vai além da performance e da dança”, explica Kylie.

A coordenadora estadual da Aliança Nacional LGBTI+ do Paraná, Thaís Boamorte, explica que Ponta Grossa é pioneira no estado ao criar um Conselho Municipal LGBT e uma Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero, além de contar com ferramentas de incentivo cultural, como o Programa Municipal de Incentivo Fiscal à Cultura (Promific) e editais de fundo cultural. Contudo, “mesmo com a existência desses editais, a ocupação efetiva da arte drag queen em espaços da cidade ainda é pouca”, avalia Thaís. “Hoje, a maioria das pessoas que fazem drag aqui na cidade tem outra profissão, elas não vivem da arte drag”, complementa que as atividades existentes ainda são muito restritas à própria comunidade LGBTI+.

A diretora administrativa da Aliança Nacional LGBTI+, Rafaelly Wiest, relata dificuldades no acesso dos artistas drag aos editais

culturais. De acordo com ela, além da ausência de linhas de financiamento específicas, os processos burocráticos dificultam a participação de artistas independentes. “As pessoas falam: ‘os artistas não se inscrevem porque não querem’, mas existe uma burocracia muito grande por trás desses documentos”, comenta.

Informações sobre a programação drag queen na cidade são frequentemente divulgadas nas redes sociais próprias dos artistas que integram a cena local.

Conservadorismo e arte drag

O produtor cultural Erick Teixeira, comenta que os registros de eventos drags em Ponta Grossa têm aparecido nos últimos 10 anos. Atualmente o cenário drag pontagrossense conta com concursos como o Condrag, a parada LGBTI+, agendas em casas noturnas e o projeto Holofotes, de que Erick é um dos idealizadores, que leva a arte drag para o teatro em parceria com a Secretaria de Cultura do município. O produtor comenta que um dos fatores que motivou a criação do projeto foi a intenção de incentivar e remunerar os artistas. “Em um único evento eu consigo valorizar dez drag queens, que eu levaria dez festas para pagar e além disso, ocupamos outros espaços como o Cine-teatro Ópera”, observa.



“A arte Drag nada mais é que uma crítica social, com performance e dança” - Kylie Houl Will.

Erick relata que não existe abertura e interesse para a arte drag na cidade. “Para mim a resposta é que Ponta Grossa é

uma cidade muito conservadora. É muito difícil conseguir patrocínios para os eventos. Geralmente são parceiros ou então pessoas LGBTs. Não tem como falar para você que no barzinho X vai acontecer uma performance drag, só porque a gente quer que aconteça, porque não vai acontecer. E eu acho que a maioria dos artistas tem essa percepção e isso é algo que desmotiva”, analisa. ■

REPORTAGEM
Malu Dip
malugdip@gmail.com

Checagem: Luciana Scherner
Diagramação: Isabelli Piva

“Extraordinário e normal, sou ambos e não sou nenhum”



A série Spider Noir trans-
porta o universo do Homem-
Aranha para uma realidade
inspirada em um suspense in-
vestigativo, em que um deteti-
ve particular tenta sobreviver
entre casos obscuros, segredos
perigosos e dramas criminais.
Esse é o ponto de partida da
obra desenvolvida por Oren
Uziel e Steve Lightfoot e estre-
lada por Nicolas Cage.

Mergulhada na Grande De-
pressão, viajamos para Nova
York nos anos 1930, onde o
crime organizado comanda os
becos e a corrupção alcança
todos os can-
tos da cidade.

A trama acompanha Ben Reilly (Nicolas Cage), que leva uma vida marcada por perdas, arrepen-
dimentos e a grande decisão
de aposentar seu manto de
Spider. Quando uma investiga-
ção aparentemente simples
começa a revelar conexões
com os figurões do submundo,
Ben se vê envolvido em uma
teia de conspirações e experi-
mentos secretos que o insti-
gam a vestir novamente a má-
scara. O ator entrega uma
atuação que parece ter sido
feita sob medida para o perso-
nagem que captura perfeita-
mente o cansaço, a ironia e o
peso emocional que se espera

de um protagonista noir, dis-
tante do personagem jovial e
otimista que está associado ao
Homem-Aranha.

Em vez de apostar em gran-
des batalhas e ameaças capa-
zes de destruir a cidade, a série
encontra força na sua própria
introspecção e mostra de for-
ma íntima seus personagens e
mistérios. Com grande confi-
ança em sua própria identida-
de, a série evita copiar as ten-
dências do momento e abraça
completamente a atmosfera
sombria transmitindo melan-
colia, tensão, fatalismo e trai-
ção, o forte
contraste en-
tre luz e som-
bras, como
também
composições
e figuras que
criam uma
sensação de segredo e vigilân-
cia. O resultado é uma obra
que foge dos estereótipos e
entrega uma identidade pró-
pria, conseguindo se destacar
em meio a um gênero cada vez
mais competitivo. ■

RESENHA

Emanuelle Nunes

@nunesx_fps

Checagem: Julia Busarello

Diagramação: Leonardo Correia

A Casa dos Espíritos: três versões da obra de Isabel Allende



A Casa dos Espíritos não tra-
ta do sobrenatural. O livro da
escritora Isabel Allende, lança-
do em 1982, acompanha a his-
tória das famílias fictícias Del
Valle e Trueba por cerca de 50
anos. Trata, principalmente, de
política, quando uma ditadura
militar se estabeleceu no Chile
a partir de 1970. O país, no en-
tanto, não é citado no texto.
Tampouco os nomes Salvador
Allende e Augusto Pinochet são
mencionados. Mas fica implíci-
to que se trata do período polí-
tico ocorrido no país latino-
americano. Vale lembrar que a
escritora era
prima de Sal-
vador Allende
e foi testemu-
nha ocular do
regime.

Na histó-
ria, Clara Del
Valle, com seus dons psíquicos e
espirituais, se casa com Esteban
Trueba, um típico representa-
nte da aristocracia rural. Além do
casal, protagonizam a saga in-
tergeracional, a filha Blanca e a
neta Alba. Esta última, paga pe-
las injustiças impetradas por seu
avô, ao ser presa e torturada pe-
los militares, regime que Este-
ban ajudou a impor no país. Mas
toda a situação é redentora. Al-
ba compreende a culminância
dos fatos ao ler os diários da
avó, reescreve a história e con-
fere um novo significado para o
destino de sua família.

A Casa dos Espíritos conta
com duas adaptações audiovi-
suais. A mais recente é a série
lançada em abril de 2026 no
streaming Prime Video. Com 8
episódios, a franquia é extre-
mamente fiel ao livro. A dire-
ção é da cineasta chilena Fran-
cisca Alegria e toda a série foi
filmada no Chile, com atores
majoritariamente latino-ameri-
canos, garantindo fidelidade
cultural, idiomática e imagética.

O filme lançado em 1993,
porém, não faz jus a obra. A
versão suprimiu grande parte
da história ao excluir uma ge-
ração inteira
da família. A
participação
de Alba, por
exemplo, é
agrupada em
Blanca. Com
a maioria dos
atores norte-americanos e ro-
dado na Europa, se assemelha
ao Chile, mas não o legitima. É
possível que a fidelidade com a
obra original não tenha sido a
preocupação principal do di-
retor Bille August. ■

RESENHA

Luciana Scherner

luciana.scherner@gmail.com

Checagem: Paola Ferreira

Diagramação: Leonardo Correia

Gravem o que é grave

Uma coisa precisa ficar clara sobre a função do *ombudsman*. A ideia não é a de promover disputa entre esse ou aquele jornalista sobre qual é a melhor matéria, mesmo porque não está em jogo qual o melhor ou pior texto, mas sim a qualidade da informação que está sendo repassada ao público. Ainda hoje, ao ler alguma reportagem que publiquei no passado, tenho o hábito de revisar, e uma certeza eu tenho, metade delas eu não teria escrito daquela forma. Autocrítica: ótimo exercício para aqueles que têm certeza que escreveram a melhor matéria do mundo.

Portanto, é assim que vamos analisar o **Foca Livre**, edição 248. Vou tentar ser mais sucinto do que na revisão anterior, mas não sem a mesma pontualidade. Tem dias que a gente abre o jornal e a única coisa que a gente quer ver é a charge. Porque a charge, o cartum etc., caracterizam-se por uma linguagem direta, limpa, seca, sem meias-voltas. Na página 2 temos duas charges, uma mais clara, limpa e outra, digital, um tanto poluída com cores fortes, que, sinceramente, eu demorei a entender. Acho que é o caso de ela ter mais referências que contribuam para a leitura e uma menor preocupação com tantos detalhes.

Na edição 247 comentei sobre o azulado das fotos e reparei que nessa edição elas foram calibradas e dizem a que vieram. Essa preocupação, não parece, mas é de muita relevância para o jornal. Pode ser ainda melhor. Além das fotos, destaco a relevância das pautas. Os temas atendem aos princípios do jornalismo (a maior delas, a busca pela verdade); estão bem explorados com as fontes nos pontos certos, obedecendo uma certa objetividade e com alguma segurança nos textos. Revisões ainda se fazem necessárias, mas nada que cause desconsideração à produção. Aprendi, por exemplo, que o nome do entrevistado vem sempre depois da sua função, entremeado por vírgulas. Falta isso na matéria sobre alimentos



Estudantes da T40 de Jornalismo produzindo terceiro ciclo do jornal-laboratório Foca Livre

Livia Anjos/ Foca Livre

impróprios ao citar a "nutricionista infantil Esdra Ferreira aponta". Tomar mais cuidado com essas pequenas falhas e seguir os manuais de redação. Eles são muito importantes.

De outro lado, o fato de ter boas pautas cria uma certa dificuldade, principalmente na definição do que pode ser a matéria principal na primeira página. Quando editor de jornais, procurava deixar a primeira página com alguma elegância, buscando equilibrar entre o que seria mais "pesado" e o que seria "leve", com uma distribuição de fotos que não poluisse. Isso nem sempre era possível, claro, porque alguém enfiaria um anúncio em algum lugar dela, ou uma matéria de interesse do dono.

No caso dessa edição, a manchete traz uma *suíte* de reportagem de há sete meses, sobre o estado de algumas escolas no município. E a matéria secundária trata da comunidade LGBTQI-APN+ sobre a falta de casa de acolhimento e de políticas específicas a este público. A meu ver, a questão LGBTQIAPN+, nesse caso, tem uma relevância maior por se tratar de uma discussão nova. E para dar leveza à página poderíamos optar por uma matéria de Cultura que esteja em evidência, caso da entrevista com o cineasta ponta-grossense, William Biagioli, que acaba de lançar *Caravelle 114*, minissérie sobre o sequestro de um avião em plena ditadura militar.

Na página 5, temos a matéria secundária sobre os casos dos alimentos impróprios e o debate sobre o tema. No título usa-se o verbo "reacender". Não é bem esse o caso, porque o assunto desde que surgiu lá no início das aulas, não saiu do debate e já teve até mesmo um ensaio de CPI na Câmara, que acabou não sendo instaurada. Os vereadores precisavam ter sido ouvidos nesse caso, principalmente a Joice Canto e o Guilherme Mazer. E essa mesma reportagem casa com a que está na página 6 sobre o contrato emergencial da merenda, que também não chega a ser um assunto novo. Ambas poderiam estar na mesma página, já que se trata de situação envolvendo a mesma empresa.

Na página 11, na reportagem sobre o pessoal em situação de rua, a foto traz um ônibus e só depois se percebe em primeiro plano uma pessoa dormindo em um colchão. Essa prática engana o leitor que logo vai procurar algo sobre o transporte público. Deveria ter sido dado destaque à pessoa em situação de rua, de preferência com um fundo vazio de outras imagens. Na mesma

página, a matéria sobre os acidentes de trânsito em PG começa truncada, trazendo números oficiais, quando esses deviam apenas ilustrar a matéria. Só no fim do parágrafo vai dizer que PG é uma das cidades com mais registros de acidentes. Comparada a quais outras cidades? Uma revisão completa nessa matéria antes de ser publicada teria melhorado ela em muito, com uma exploração melhor sobre as mudanças contínuas no planejamento urbano da cidade.

E encerro com a reportagem sobre o curso de Psicologia, na página 4. Já soube que deu polêmica e contestação das informações. Vocês vão encontrar muito isso no jornalismo do "*eu não disse isso*", "*é fale news*", "*inventaram isso*" e "*e o Lula?*". Por isso, sempre gravem. Claro que em matérias mais leves não precisamos ser rigorosos demais, a anotação ainda é válida e sempre deixa o entrevistado mais à vontade, mas quando tivermos certeza de que vai dar problemas futuros, a saída ainda é a velha e boa gravação; é a garantia da verdade (ou não) dita pelos entrevistados. Pratiquem-na! ■



Sebastião Natalio

Jornalista e escritor do livro de poesias *Domingo no Parque*, colaborador da Folha de S.Paulo e produtor na RPC. Em 2026, Sebastião Natalio será ombudsman do Foca Livre.

Ombudsman é um profissional independente que avalia a qualidade do conteúdo publicado, ouve críticas dos leitores e cobra responsabilidade da redação. Em um jornal-laboratório como o Foca Livre, a existência desse cargo é fundamental para estimular a reflexão crítica, fortalecer a ética jornalística e aprimorar a formação dos estudantes



Millena Zampieri/Foca Livre

53º Fenata celebra força do teatro brasileiro em Ponta Grossa



Gabriel Vítório/Foca Livre

Há mais de três décadas, Festival Universitário da Canção (FUC) reúne artistas e público em celebração da música e da produção cultural universitária



Valentina Bortoluzzi/Foca Livre

Marco das Três Fronteiras reúne turistas para apresentações artísticas que destacam elementos da cultura brasileira, argentina e paraguaia



Kamille Vidal/Foca Livre

No espetáculo “Não me chame de mãe”, os desafios da maternidade ganham voz por meio da arte

Millena Zampieri

O espelho de quem somos

A cultura não é algo parado no tempo, tampouco deve ser compreendida como um acervo estático de um museu empoeirado. Ela representa a identidade de um povo que se manifesta todos os dias, por meio da língua, comida, religião e arte. A cultura local transforma a existência em uma obra de arte coletiva. Mais do que entretenimento, a valorização do que produzimos é um pilar essencial para construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

Em um cenário marcado pela escassez de investimentos, pela baixa visibilidade e pela concorrência com produtos culturais de alcance massivo, a cultura local frequentemente ocupa um lugar secundário no debate público. Nesse contexto, o jornalismo assume uma responsabilidade que vai além da simples divulgação de eventos. Ao dar espaço para artistas, grupos e manifestações culturais, a imprensa contribui para que essas vozes não sejam silenciadas. Registrar a produção cultural de uma cidade é também documentar sua história, suas transformações e os desafios enfrentados por aqueles que mantêm a arte viva.

Os artistas surgem como os grandes protagonistas, traduzindo memórias em visões estéticas potentes. Eles retratam a persistência de pessoas que transformam criatividade em resistência e fazem da arte um ato de permanência. Cada cena é um lembrete de que a cultura não sobrevive apenas nos grandes centros ou nos holofotes nacionais, mas também nos pequenos palcos, nas salas de ensaio e nos encontros que aproximam artistas e comunidade.

O teatro, a música e a dança não são somente formas de entretenimento, são instrumentos de memória, identidade e pertencimento. Em cada espetáculo apresentado, há histórias que preservam tradições, questionam realidades e ajudam a compreender o mundo ao nosso redor. Contar essas histórias é uma das formas mais importantes de garantir que o palco continue iluminado. O diálogo intercultural enriquece a coletividade. Valorizar o que é nosso é garantir que a diversidade das expressões culturais continue a brilhar e nada é mais valioso do que um povo que reconhece sua própria história. ■